

A EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL: AVANÇOS, DESAFIOS E POLÍTICAS PÚBLICAS

Elaine Cristina Bio Mathias

Sandra Nazareth de Paula

Resumo

A LDB (Lei 9394/96) tem incorporado a Educação Infantil como a primeira etapa da Educação Básica que passa a ter como objetivo exercer duas funções, educar e cuidar, deixando à margem a ênfase dada apenas ao caráter de cunho assistencialista. Nesse sentido constata que a Educação Infantil teve que reelaborar as concepções de criança, de educação e de serviços prestados. Diante deste contexto, a pesquisa elaborada, aborda um breve histórico da Educação Infantil no Brasil, iniciando com uma abordagem sobre criança. Traz ainda as Políticas Públicas que norteiam a Educação Infantil. Apresentando uma investigação bibliográfica de que as mudanças são necessárias e possíveis e pesquisa de campo com informações importantes para uma educação infantil de qualidade, que contempla a formação integral das crianças na faixa etária de 0 a 6 anos.

Introdução

O presente trabalho refletirá sobre a “Educação Infantil no Brasil, avanços, desafios e políticas públicas” e analisará alguns componentes imprescindíveis na construção de uma Educação Infantil de qualidade, analisando os documentos e os conhecimentos destes pelas instituições de Educação Infantil. O desafio de pensar em uma proposta pedagógica de qualidade para a Educação Infantil, orientadora das ações dos educadores que nela trabalham, deve ser enfrentando se realmente quisermos avançar na concepção assistencialista que historicamente a tem caracterizado. Pesquisando diversos autores, e os documentos de referencia do MEC podemos estabelecer uma prática da Educação Infantil voltados para uma visão da criança como ser ativo, construindo conhecimentos sobre o mundo e sobre si mesma. Assim como a concepção de criança e a forma de atendimento a ela dispensado, vem atualmente sofrendo diversas mudanças significativas, as propostas, os documentos vêm em consonância com essa nova visão.

O desenvolvimento da infância e a origem da educação infantil no Brasil

Segundo o historiador Áries (1978), o censo comum, a idéia de infância como um período peculiar de nossas vidas simplesmente não existia não era um sentimento natural ou inerente a condição humana. Essa concepção, esse olhar diferenciado sobre a criança teria começado a se formar com o fim da Idade Média, sendo inexistente na sociedade desse período, as crianças eram “adultos em miniaturas” à espera de adquirir a estatura normal.

Áries (1978) nos diz, que é interessante notar que as primeiras demonstrações são caracterizadas pela paparicação, ou seja, a criança era vista como um ser inocente e divertido; servindo como meio de entreter os adultos. O “mimo” tão criticado na época por diversos educadores não era sua única forma de expressão, também observada em situações de morte infantil, antes considerada inevitável, e até previsível, era agora recebida com muita dor e abatimento. É no século XVII, com a intensificação das críticas, que as perspectivas e ações em relação à infância começam a se deslocar para o campo moral e psicológico: é preciso conhecê-la e não paparicá-la, para corrigir suas imperfeições.

Áries (1978) afirma que durante a Era Moderna, séculos XVI e XIX, a escola embora por muito tempo ignore as diferenciações de idade, se concentra na disciplina, que tem uma origem religiosa e extremamente rígida. Esse aspecto moral e de vigilância seria cuidadosamente responsável pelo direcionamento das escolas à questão dos jovens e crianças, contudo, esse não era um fenômeno generalizado, enquanto alguns tinham sua infância delimitada pelo ciclo escolar, outros ainda se “transformavam” em adultos e mal tinham condições físicas para isso.

Ainda segundo o autor, a utopia do ensino universal não era defendida pela grande maioria dos educadores do século XVIII, que propunham uma educação diferenciada de acordo com o status social, condizente com o pensamento tradicional de separação entre o trabalho manual/braçal e o intelectual condenado a pertencerem a mundos diferentes. Na realidade, o desenvolvimento acelerado do capitalismo e o uso crescente da mão de obra infantil, principalmente nas fábricas, contribuíam ainda para aumentar esse abismo. Áries (1978) diz que o olhar diferenciado em relação a criança não é algo comum na Idade Média, o sentimento de família começa a se desenvolver a partir dos séculos XV e XVI, a família em si não existia. O que se observa nessa época é a família como algo público, onde a intimidade não era preservada.

Segundo Sanches (2004), a idéia de creche surge na Europa, no final do século XVIII e início do século XIX, a creche propunha-se guardar crianças de 0 a 3 anos, durante o período de trabalho das famílias, a instituição creche nasce de uma necessidade atrelada ao nascente capitalismo e urbanização. Ainda segundo a autora, no Brasil, a creche surge no final do século XIX, decorrente do processo de industrialização e urbanização do país. Nesse período ocorre o crescimen-

to das cidades localizadas nas regiões ricas, pela migração das áreas mais pobres que buscavam trabalho e melhores condições de vida.

Sanches (2004), afirma que os problemas agravam-se com o aumento da população pobre, do desemprego e subemprego. Na busca de alternativas para contenção do desenvolvimento desordenado dos pólos de atração, segmentos da sociedade civil, entre eles, médicos, juristas, Igrejas Católicas, articulam como o Estado um plano de assistência às populações menos favorecidas. Para garantir a dominação do capital, a filantropia torna-se uma adaptação da antiga caridade que se preocupava com a diminuição do custo social, com a reprodução da classe trabalhadora e com o controle da vida dos pobres. Por iniciativa dos donos das indústrias são construídas vilas operárias, próximas às fábricas, com mercearias, escolas, creches, clubes esportivos, com o patrocínio de instituições filantrópicas, mulheres da alta sociedade e do estado. Sanches (2004), afirma que o pressuposto era que, atendendo bem o filho do operário, este trabalharia mais satisfeito e produziria mais.

A Lei de Diretrizes de Base da Educação Nacional, Lei nº 9394 de 20 de Dezembro de 1996, (LDB) coloca a criança como sujeito de direitos em vez de tratá-las, como ocorria nas leis anteriores a esta, como objeto de tutela. A mesma lei, proclama pela primeira vez na história das legislações brasileiras a Educação Infantil como direito das crianças de 0 – 6 anos e dever do Estado. Ou seja, todas as famílias que desejarem optar por partilhar com o Estado a educação e o cuidado de seus filhos deverão ser contempladas com vagas em creches e pré-escolas públicas.

Outro objetivo contemplado pela Lei 9394/96, é o de que as instituições de Educação Infantil (creches e pré-escolas) fazem parte da Educação Básica, juntamente com o Ensino Fundamental e o Ensino Médio, em vez de permanecerem ligadas às Secretarias de Assistência Social. Nessa passagem das creches para as Secretarias de Educação dos Municípios esta articulada a compreensão de que as instituições de Educação Infantil têm por função educar e cuidar de forma indissociável e complementar das crianças de 0 a 6 anos.

Afirmam Campos, Rosemberg e Ferreira (1995), a subordinação do atendimento em creches e pré-escolas à área da Educação representa, pelo menos no nível do texto constitucional, um grande passo na direção da superação do caráter assistencialista predominante nos anos anteriores a Constituição. No caso específico das creches, tradicionalmente vinculadas às áreas de assistência social, essa mudança é bastante significativa e supõe uma integração entre creches e pré-escolas.

Os avanços da educação infantil após a constituição federal de 1988

Na Constituição Federal de 1988, a educação das crianças de 0 a 6 anos, concebida, muitas vezes, como amparo e assistência, passou a figurar como direito do cidadão e dever do Estado, numa perspectiva educacional, em resposta ao movimentos sociais em defesa dos direitos das crianças. Nesse contexto, a proteção integral às crianças deve ser assegurada, com absoluta prioridade, pela família, pela sociedade e pelo poder público. A Lei, afirma, portanto, o dever do Estado com a educação das crianças de 0 a 6 anos de idade. A inclusão da creche no capítulo da educação explicita a função eminentemente educativa desta, da qual é parte intrínseca a função do cuidar. Essa inclusão constitui um ganho, sem precedentes, na história da Educação Infantil em nosso país.

A Educação Infantil, segundo Faria (2007), embora tenha mais de um século de história, como cuidado e educação extradomiciliar, somente na década de 90 foi reconhecida como direito da criança, das famílias, como dever do Estado e como primeira etapa da Educação Básica.

Em 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB evidenciou a importância da Educação Infantil, que passou a ser considerada como primeira etapa da Educação Básica. Dessa forma, afirma Machado (2005), o trabalho pedagógico com a criança de 0 a 6 anos adquiriu reconhecimento e ganhou uma dimensão mais ampla no sistema educacional: atender às especificidades do desenvolvimento das crianças dessa faixa etária e contribuir para a construção e o exercício de sua cidadania.

Política nacional de educação infantil: pelo direito das crianças de zero a seis anos à educação

O PNEI (2006), juntamente com o MEC realizou uma série de encontros e seminários com o objetivo de discutir com os gestores municipais e estaduais de educação questões relativas à definição de políticas para a Educação Infantil. Nesse contexto, o Ministério da Educação coordenou a elaboração do documento de Política Nacional de Educação Infantil, no qual se definem como principais objetivos para a área a expansão da oferta de vagas para a criança de 0 a 6 anos, o fortalecimento, nas instâncias competentes, da concepção de educação e cuidado como aspectos indissociáveis das ações dirigidas às crianças e a promoção da melhoria da qualidade do atendimento em instituições de Educação Infantil.

O referido documento, foi elaborado em parceria com o então Comitê Nacional de Educação Infantil, com o objetivo de propiciar o cumprimento do preceito constitucional da descentralização administrativa, bem como a participação dos diversos atores da sociedade envolvidos com a Educação Infantil na formulação de políticas públicas voltadas para as

crianças de 0 a 6 anos foram realizados, em parceria com as secretarias municipais de educação e com a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UMDIME), oito seminários regionais (nas capitais: Belo Horizonte, Natal, Belém, Recife, São Paulo, Porto Alegre, Goiânia e Manaus) para discussão do documento preliminar.

As contribuições dos gestores públicos, dos técnicos das secretarias e de outros segmentos que atuam nos municípios formulando e executando políticas para a Educação Infantil tiveram importante papel no sentido de contemplar as especificidades de cada região.

O PNEI (2006), documento democrático que contribui para a implementação das políticas públicas para as crianças de 0 a 6 anos e em razão de sua importância no processo de constituição do sujeito, a Educação Infantil em creches ou entidades equivalentes e em pré-escolas tem adquirido, atualmente, reconhecida importância como etapa inicial da Educação Básica e integrante dos sistemas de ensino. No entanto, a integração das instituições de Educação Infantil ao sistema educacional não foi acompanhada, em nível nacional, da correspondente dotação orçamentária. Embora a Educação Infantil não seja etapa obrigatória e sim direito da criança, opção da família e dever do Estado, o número de matrículas vem aumentando gradativamente. De acordo com o Censo Escolar, a média anual de crescimento no período de 2001 a 2003 foi de 6,4% na creche e de 3,5% na pré-escola.

Qualidade na educação infantil – fundamentos, documentos e desafios

Segundo o MEC, Secretaria da Educação Básica, o debate sobre a qualidade da educação da criança até 6 anos no Brasil tem uma história. Para situar o atual momento, é necessário revê concepções e recuperar os principais fios dessa história para que a discussão atual possa dialogar com os avanços e as dificuldades anteriores, alcançando um novo patamar nesse processo de múltiplas autorias.

Essa contextualização busca contemplar: 1) a concepção de criança e de pedagogia da Educação Infantil; 2) o debate sobre a qualidade da educação em geral e o debate específico no campo da educação da criança de 0 até 6 anos; 3) os resultados de pesquisas recentes; 4) a qualidade na perspectiva da legislação atual e da atuação dos órgãos oficiais do país.

Faria (1999), “A criança, assim, não é uma abstração, mas um ser produtor e produto da história e da cultura”. Olhar a criança como ser que já nasce pronto, ou que nasce vazio e carente dos elementos entendidos como necessários à vida adulta ou, ainda, a criança como sujeito conhecedor, cujo desenvolvimento se dá por sua própria iniciativa e capacidade de ação, foram, durante muito tempo, concepções amplamente aceitas na Educação Infantil até o surgimento das bases epistemológicas que fundamentam, atualmente, uma pedagogia para infância. Os novos paradigmas englobam e transcendem a história, a antropologia, a sociologia e a própria psicologia resultando em uma perspectiva que define a criança como ser competente para interagir e produzir cultura no meio em que se encontra, afirma Faria (1999).

Tiriba (2005), relata que a intenção de aliar uma concepção de criança à qualidade dos serviços educacionais a ela oferecidos implica atribuir um papel específico a pedagogia desenvolvida nas instituições pelos profissionais de Educação Infantil. Captar necessidades que bebês evidenciam antes que consigam falar, observar suas reações e iniciativas, interpretar desejos e motivações são habilidades que profissionais de Educação Infantil precisam desenvolver, ao lado do estudo das diferentes áreas de conhecimento que incidem sobre essa faixa etária, a fim de subsidiar de modo consistente as decisões sobre as atividades desenvolvidas, o formato de organização do espaço, do tempo, dos materiais e dos agrupamentos de crianças.

Ainda segundo Zabalza (1998), três finalidades básicas podem nos mostrar como é possível uma Educação Infantil de qualidade:

1. Uma escola para a criança: a atenção é concentrada na identidade da criança, na sua condição de sujeito de direitos diversos, na consciência de si mesma, na íntima relação com a sua família e a sua cultura de origem.
2. Uma escola das experiências e dos conhecimentos: a atenção concentra-se em alguns conteúdos significativos da experiência – a educação lingüística, motora, musical e científica.
3. Uma escola baseada na participação e integrada com a comunidade: presta-se muita atenção à relação com as famílias e à gestão social e também à consciência de desejar obter uma cidade autenticamente educadora

Zabalza (1998), finaliza as três finalidades básicas, afirmando que a autonomia, identidade e competência constituem também três vertentes fortemente ligadas no processo de desenvolvimento da criança e na concepção de uma Educação Infantil de qualidade, onde a autonomia é a construção da capacidade de agir e de estar bem sozinho e de viver relações solidárias com os outros. Já a identidade, diz Zabalza (1998), é o amadurecimento de uma auto-imagem positiva e um sentimento de confiança em si mesmo e nas próprias capacidades, e as competências é a construção da capacidade de interiorizar e utilizar os sistemas simbólico-culturais.

Finalmente, a qualidade também está relacionada ao próprio funcionamento das instituições e dos agentes que fazem parte das mesmas. É fundamental inserir a ação institucional em um processo de melhora da própria instituição e dos

serviços que a mesma oferece. Um processo de aperfeiçoamento planejado com metas a curto, a médio e a longo prazo, afirma Zabalza (1998).

Considerações Finais

A Educação Infantil é a primeira etapa da Educação Básica, ela estabelece as bases da personalidade humana, da inteligência, da vida emocional, da socialização. As primeiras experiências da vida são as que marcam mais profundamente a pessoa. Quando positivas, tendem a reforçar, ao longo da vida, as atitudes de autoconfiança, de cooperação, solidariedade, responsabilidade. As ciências que se debruçaram sobre a criança nas últimas décadas, investigam como se processa o seu desenvolvimento, coincidem em afirmar a importância dos primeiros anos de vida para o desenvolvimento e aprendizagem posteriores. E tem oferecido grande suporte para a educação formular seus propósitos e atuação a partir do nascimento.

A pedagogia vem acumulando considerável experiência e reflexão sobre sua prática nesse campo e definindo os procedimentos mais adequados de desenvolvimento e aprendizagem. A educação infantil inaugura a educação da pessoa humana.

A Educação Infantil, em estabelecimentos específicos de educação infantil, vem crescendo no mundo inteiro e de forma bastante acelerada, seja em decorrência da necessidade da família de contar com uma instituição que se encarregue do cuidado e da educação de seus filhos pequenos, principalmente quando os pais trabalham fora de casa seja pelos argumentos advindos das ciências que investigaram o processo de desenvolvimento da criança.

Finalmente um diagnóstico das necessidades da educação infantil, assinalando as condições de vida e o desenvolvimento das crianças brasileiras, a pobreza, que afeta a maioria delas, que retira de suas famílias as possibilidades mais primárias de alimentá-las e assisti-las, tem que ser enfrentada com políticas abrangentes que envolvam a saúde, a nutrição, a educação, a moradia, o trabalho e o emprego, a renda e os espaços sociais de convivência, cultura e lazer, pois todos esses são elementos constitutivos da vida e do desenvolvimento da criança.

Referências Bibliográficas

- ÀRIES, Philippe. História social da criança e da família. 2.ed. LCT, 1978.
- BRASIL, Brasília, DF, Lei n. 9.394 de 20 de dezembro de 1996.
- _____. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil. Brasília, MEC/SEB, 2006. 1v.
- CAMPOS, Maria Malta; ROSEMBERG, Fúlvica; FERREIRA, Isabel M. Creches e pré-escolas no Brasil. 2.ed. São Paulo: Cortez, 1995.
- FARIA, Ana Lucia Goulart de. Educação pré-escolar e cultura. Campinas: Cortez, 1999.
- _____. O coletivo infantil em creches e pré-escolas – fazeres e saberes. São Paulo: Cortez, 2007.
- SANCHES, Emilia Cipriano. Creche – realidade e ambigüidades. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 2004.
- TIRIBA, Lea. Educar e cuidar: buscando a teoria para compreender discursos e práticas. Rio de Janeiro: Ática, 2005.
- ZABALZA, Miguel A. Qualidade em Educação Infantil. Tradução. Beatriz Affonso Neves. Porto Alegre: ArtMed, 1998.